



Número: **0801192-65.2019.8.20.5100**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **1ª Vara da Comarca de Assu**

Última distribuição : **30/04/2019**

Valor da causa: **R\$ 998,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE ROBERTO BARBOSA DE OLIVEIRA (AUTOR)		KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
42565 206	30/04/2019 13:50	JOSÉ ROBERTO BARBOSA DE OLIVEIRA- PROCURAÇÃO E DECLARAÇÃO DE POB	Procuração
42565 220	30/04/2019 13:50	JOSÉ ROBERTO BARBOSA DE OLIVEIRA- DOCUMENTOS PESSOAIS	Documento de Identificação
42565 227	30/04/2019 13:50	JOSÉ ROBERTO BARBOSA DE OLIVEIRA- SINISTRO	Documento de Comprovação
42608 766	02/05/2019 15:58	Despacho	Despacho
42628 025	03/05/2019 07:49	Intimação	Intimação
42803 055	09/05/2019 11:28	Petição	Petição
42803 095	09/05/2019 11:28	Jose Roberto Barbosa de Oliveira	Outros documentos
42923 898	14/05/2019 21:40	Despacho	Despacho
42965 213	15/05/2019 14:49	Intimação	Intimação
42965 214	15/05/2019 14:49	Citação	Citação

P R O C U R A Ç Ã O "AD JUDICIA"

Outorgante, , JOSE ROBERTO BARBOSA DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, agricultor, com CPF nº 008.886.504-50, RG nº 1.871.745, residente em nova esperança, nº 97 , Zona rural, ASSÚ/RN, DECLARA ,COMARCA DE ASSU - Rio Grande do Norte, nomeia e outorga poderes a Outorgada: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada; (OAB 7.469/RN) podendo ser intimada na Rua Antonio Vieira de Sá nº 986, Mossoró-RN, ao qual confere amplos e gerais poderes para o foro em geral com a cláusula "ad Judicia", para ajuizar ação de cobrança na Comarca São Rafael -RN, podendo a outorgada, confessar, assinar, desistir, propor acordo, receber intimações, dar quitação, transigir, apresentar réplica, oposições, firmar acordo, receber e levantar ALVARA JUDICIAL, decorrente da presente ação, apresentar recurso e contra razões, e ainda requererem seguro de vida, junto bem como, substabelecer esta com ou sem reservas de poderes, podendo levantar alvará judicial, acompanhar todo processo até o final do julgamento, representado ainda os interesses do outorgante, podendo ajuizar apelação, ou, qualquer outro remédio jurídico competente, junto ao Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, para garantir o direito do outorgante, e finalmente, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato.

ASSÚ - Rio Grande do Norte, em 21/02/2019.

Outorgante: Jose Roberto Barbosa de Oliveira

- Isento de reconhecimento de Firma, em face de Lei nº 8.952, de 13/12/1994, que dá nova redação ao art. 38 do CPC.

DECLARAÇÃO DE POBREZA

JOSE ROBERTO BARBOSA DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, agricultor, com CPF nº 008.886.504-50, RG nº 1.871.745, residente em nova esperança, nº 97, Zona rural, ASSU/RN, DECLARA, Declara nos termos da Lei n. 1.060/50, que é pobre na forma da Lei, não dispondo de meios que possibilitem a custear as despesas processuais na Ação de Cobrança c/c reparação de danos, na Comarca de Assu- Rio Grande do Norte. Afirma ainda ser conhecedor das sanções penais, caso a presente não retrate a verdade dos fatos. Nada mais digno de registro, assina o presente.

Comarca de ASSU-RN em 21/02/2019.

Declarante: Jose Roberto Barbosa de Oliveira

CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940.

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.

DECLARAÇÃO DE ISENTO DO IMPOSTO DE RENDA

Eu, JOSE ROBERTO BARBOSA DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, agricultor, com CPF nº 008.886.504-50, RG nº 1.871.745, residente em nova esperança, nº 97, Zona rural, ASSÚ/RN, DECLARA, sob as penas da lei que é isento de declarar imposto de renda, por não ter meios suficientes, fazendo presente declaração nos termos - conforme previsto na Lei 7.115/83 . Estou ciente das sanções administrativas, penais e cíveis, nos termos do art. 299 do CPB. Nada mais a constar lavro o presente para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

ASSÚ-RN, em 21 de Fevereiro de 2019

Declarante: Jose Roberto Barbosa de Oliveira

CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser esenta, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco centos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS
COM CLAUSULA "AD EXITUM"

Pelo presente instrumento de contrato, firmado entre as partes de um lado, doravante identificado como contratante, JOSE RBERTO BARBOSA DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, agricultor, com CPF nº 008.886.504-50, RG nº 1.871.745, residente em nova esperança, nº 97, Zona rural, ASSÚ/RN, COMARCA DE ASSU, com os advogados: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada; WAMBERTO BALBINO SALES, brasileiro, casado, advogado, ambos podendo serem citados na Rua Antonio Vieira de Sá nº 986, Aeroporto, em Mossoró – RN, doravante identificados como contratados, a prestação dos seguintes serviços profissionais:

- 1- A parte contratante celebra com os contratados, a prestação de serviços advocatícios, com objetivo de ajuizar ação própria junto a Comarca de Assú -RN, tendo como parte demandada, a Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A;
- 2- A parte contratante, não pagará qualquer valor aos contratados de imediato, sendo que, ao final na lide, ocorrendo procedência caberá a parte contratante, pagar aos contratados o valor correspondente à 30% (trinta por cento), sob o valor da condenação, independente da verba sucumbencial a ser arbitrada pelo Juízo da causa;
- 3- Em caso de insucesso da demanda, a parte contratante não desembolsará quaisquer valores aos contratados, o risco será arcado pelos advogados contratados, independente do ônus de deslocamentos, alimentação, contratação de outros advogados, dentre outras despesas até a entrega final da pretensão requerida, sendo que, o presente firma-se na cláusula "ad exitum";
- 4- Em caso de desistência da demanda, ou, revogação dos poderes em favor de outros outorgados, deverá a parte contratante, pagar aos contratados, o valor correspondente à 30% (TRINTA POR CENTO) sob o valor da causa;
- 5- Nos termos do art. 22, § 4º da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, caberá a parte contratada, requerer a expedição do competente alvará judicial, em separado ao da parte contratante, ao fim da lide..

Elegem as partes, para dirimir quaisquer dúvidas, e execução inclusive o presente, a comarca de Mossoró – Rio Grande do Norte.

Nada mais a constar vai o presente devidamente assinado para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Assú - Rio Grande do Norte, em 21/02/2019.

Contratante: JOSE ROBERTO BARBOSA DE OLIVEIRA
Telefone (84) 9.9855-3299 9.9603-2129

Contratado: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO
OAB/7469

Testemunhas: _____

CPF nº: _____

Jose Roberto Barbosa de Oliveira



NAME: Jon Robert Barone da Oliveira

LOC. NAME *Farmington, EN* DATE *12, 28, 1975*
 FINDING *Phanerogam* *dos Eguas Bonferr*
moreiras *de Oliveira*
 DEC. NO. *86.1.371745* *559 EN*
 ESTRANGEIROS

ESTRANGELIROS

Chegada ao Brasil em

Theorem 10.11.11

Executive Summary

Chen, 1998

5

Diana E. M.

3

100

10

Figure 1

100%

ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE
(Com relação nome, est. civil e data nasc.)

Nascimento

Doc.

Nome

Est. Civil

Doc.

Nome

Est. Civil

Doc.

Nome

Doc.

Nome

Doc.

Nome



MINISTÉRIO DO TRABALHO

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE EMPREGO E SALÁRIO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Number

88.538

XVIII

4/20/15

* José Roberto Barbosa
ASSINATURA DO PORTADOR



no trabalho.
 Cada acidente é uma lição que deve ser apreendida, para evitar maiores desgraças.
 Todo o acidente tem uma causa que é preciso ser pesquisada, para evitar a sua repetição.
 Se você for acidentado, procure logo o socorro médico adequado. Não deixe que "chamidos" e "curiosos" com correntes para o agravamento de sua lesão.
 Se você não é electricista, não se metea a fazer serviços de electricidade.
 Procure o socorro médico imediato, se você for vítima de um acidente, mesmo que tarde demais.
 As máquinas não respeitam ninguém, mas você deve respeitá-las.
 Evite as recomendações dos membros da CIPA e de seus mestres e chefes.
 Conheça sempre as regras de segurança da seção onde você trabalha.
 Converse e discuta o trabalho predispõem a acidentes pela desatenção.
 Leia e reflicta sempre os ensinamentos contidos nos cartazes e avisos sobre prevenção de acidentes.
 Os andéis, puleiras, gravatas e mangas compridas não fazem parte do seu uniforme de trabalho.
 Mantenha sempre as guardas protectoras das máquinas e Pare a máquina quando tiver que consertá-la ou lubrificá-la.
 Hábitue-se a trabalhar protegido contra os acidentes. Use equipamentos de protecção adequados a seu serviço.
 Conheça o mundo dos extintores e demais dispositivos de combate ao fogo existentes em seu local de trabalho. Você pode ter necessidade de usá-los algum dia.

Empregador

CGC/MF

Rua Nº

Município Est.

Esp. do estabelecimento

Cargo

..... CBO nº

Data admissão de de 19

Registro nº Fls./Ficha

Remuneração especificada

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Data saída de de 19

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Com. Dispensa CD Nº

Empregador

CGC/MF

Rua Nº

Município Est.

Esp. do estabelecimento

Cargo

..... CBO nº

Data admissão de de 19

Registro nº Fls./Ficha

Remuneração especificada

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Data saída de de 19

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Com. Dispensa CD Nº

Empregador

CGC/MF

Rua Nº

Município Est.

Esp. do estabelecimento

Cargo

..... CBO nº

Data admissão de de 19

Registro nº Fls./Ficha

Remuneração especificada

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Data saída de de 19

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Com. Dispensa CD Nº

Empregador

CGC/MF

Rua Nº

Município Est.

Esp. do estabelecimento

Cargo

..... CBO nº

Data admissão de de 19

Registro nº Fls./Ficha

Remuneração especificada

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Data saída de de 19

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Com. Dispensa CD Nº

Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A
Tel 21 3861-4600 www.seguradoralider.com.br
Rua da Assembleia, 100 - 16º Andar - Edifício City Tower
Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20011-000



Rio de Janeiro, 09/04/2019
DPVAT/SIN - 01682/2019

Para: JOSE ROBERTO BARBOSA DE OLIVEIRA
RUA NOVA ESPERANÇA Nº97
ZONA RURAL
ASSU - RN
59650-000

REF: DEVOLUÇÃO DE DOCUMENTOS - PROJETO CORREIOS
SEDEX NºJT890544230BR

Prezado(a) Senhor(a),

Foram protocolados nos Correios documentos relativos ao acidente ocorrido com o(a) Sro(a). JOSE ROBERTO BARBOSA DE OLIVEIRA, porém para que possamos efetuar o cadastramento do sinistro é necessário apresentar:

- Registro de ocorrência expedido pela autoridade policial (cópia autenticada e legível)

Estamos devolvendo todos os documentos e após a regularização da pendência, toda a documentação deverá nos ser encaminhada para o devido cadastramento e análise.

Finalizamos informando que a Seguradora Líder DPVAT encontra-se à disposição pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04.

Atenciosamente,



Seguradora Líder Administradora do Seguro DPVAT

CLA

Anexo: conf. texto

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder-DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.

P.S.F.: Nova Esperança

		Estado do Rio Grande do Norte Prefeitura Municipal de Assu Secretaria Municipal de Saúde		 SUS Sistema Único de Saúde	
FICHA DE ATENDIMENTO E URGÊNCIA			PRONTO SOCORRO MUNICIPAL		
DADOS DO PACIENTE/USUÁRIO/Nº REGISTRO: DN: 12/03/79			Atendimento Nº: 193		
Nome: José Roberto Barbosa de Oliveira		Idade: 39		Sexo: M	
Partido SUS: 702428342230		Nome da Mãe: Maria da Neves de Oliveira		Profissão: Aposentado	
Endereço (Rua/Av.): ST. Nova Esperança			Nº:		Complemento:
Local: Zona Rural		Cidade: Assu		Estado: RN	
Clínica:			Data: 09/02/2018		Hora: 22:34
Motivo da Procura:			Rubrica Serviço: Bruno		
Assinatura do Paciente:					
ACOLHIMENTO: () Emergência () Urgência () Não Urgência () Acidente de Trabalho () Acidente de Trânsito					
Acolhimento com classificação de risco:					
Queixa:					
Antecedentes Alérgicos:					
HAS () DM ()		Assinatura:		Classificação:	
ANAMNESE: Paciente vítima de acidente automobilístico queda de moto no 20h - sofreu trauma na região posterior esquerda e base do crânio. Nega perda de consciência e fratura em 34h. Nega perda de consciência, vomito ou epêmo.					
EXAME FÍSICO:		Peso: _____ Temperatura: - FC: 70 PA: 120x80 FR: 20 Glasgow: 15 SpO2: 98% HTG: 192			
ECG: Vigi. normal, normal, normal, normal					
AEC: normal, normal, normal, normal					
EXAMES COMPLEMENTARES SOLICITADOS:					
() Laboratório:					
() Radiológico:					
() ECG () Outros					
Hipótese do Diagnóstico: Trauma cranial					CID:
Conduta: () Medicação () Observação () Laudo para AIH					Médico: (Carimbo e Assinatura)
Saída: Data/Hora: / / às : h. () Alta referido para UBS () Óbito					
() Outros unid. Urgência () Especialidade:					
() Internação no Hospital:					

0 Sola de pegureo airon
o hmgos e cr. 5.3.14
0 SF 0.9. 502.14

DATA ASSINADA
09/03/2014
ASSINADO
KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DO ASSÚ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PRONTO SOCORRO MUNICIPAL- PSM

FICHA DE ENCAMINHAMENTO DE URGÊNCIA

NOME: Luís Roberto Barbosa SEXO: masculino IDADE: 34 anos

ENDERECO: _____

PROFISSÃO: _____ ENTRADA AS _____ DATA: 09/03/19

ACOMPANHANTE: _____ SAÍDA: _____ HORA: _____

MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO

HISTÓRIA CLÍNICA: Paciente vítima de acidente automobilístico, queda de moto em 2010, após o qual sofreu fratura de osso da bacia esquerda.

ESTADO GERAL da *de amargosa, com a sua capital*

FGB, light, oriental, miniature

HIPÓTESE DIAGNÓSTICA:

PROCEDIMIENTO:

Assinatura do médico, carimbo



BOLETIM DE ATENDIMENTO Nº 39961 /2019

Admissão: 10/02/2019 00:56:47

CK

CIRURGIA GERAL - AMARELO

Paciente: 33432 - JOSE ROBERTO BARBOSA DE OLIVEIRA (39 a 5 m 29 d)

Nascimento: 12/08/1979

Natural: JUCURUTU, BRASIL

Sexo: M Cor: PARDA

NS: 705702428342230

CPF: 00888650450

Prof:

Mãe: MARIA DAS NEVES DE OLIVEIRA

Pai: FRANCISCO DAS CHAGAS BARBOSA

Obradoiro: NOVA ESPERANCA, 96

EP: 59650000

Bairro: ZONA RURAL

Cidade: ACU

Telefone: 84.98570116

Compl:

Motivo(alegado pelo paciente): QUEDA - MOTO

Tipo: REGULADO

Origem: AMBULANCIA OUTRO

*Empresa:

JBS:

Classificação:

PESO:

10/02/2019 00:44:44

HORA	P.A.	HGT	SatO2	FIO2	F.R.	F.C.	TEMP.	Glasgow	RTS

HISTÓRIA - EXAME FÍSICO

Queixas: 39a, queda de moto, consciente, sem capacete, ferimento em olho esquerdo, fratura de osso nasal, TCE? ASSU.

Queda de moto, consciente
sem capacete, ferimento
em olho esquerdo
TCE? ASSU

Mano esquerdo

ferimento no

osso nasal - fratura

SNT 97%

PA 130x10 mmHg + 120x80 mmHg

Hora: _____

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
BAME MOSSORÓ 10/02/2019

B.M.

SAME/ARQUIVO

TCE? ASSU - fratura

Diagn. Inicial:

PRESCRIÇÃO:

	VIA	HORÁRIO	ASSINT.
① - 500mg de D			
② - 500mg de D			
③ - Valeriana 50mg			
T.C. 100mg + 100mg			
phlebotomia			
B.M.			
120x80 mmHg			

Twist/Plas \rightarrow Gr. FACE

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
SAME MGSSORO 30/02/2019

SAME/ARQUIVO

Dr. Robert S. Viner
Neurosurgeon
CRAWFORD 9679

UF (02:00h) PACIENTE VITINA DE ACIDENTE MOTOCICLISTA,
USO DO CAPOTE, APÓS INGESTA DE COCAÍNA. NEJANDO
VERDADE SINTOMAS E VÔMITO ABUNDANTE E LIBERADO POR
E.G. E N.E.R. APRESENTANDO TRAUMA FACIAL E/PERIÓDICO
EM REGIÃO DE CORPO DO MAXILAR (E) E NASOFRONTAL
E SINTOMAS DE FRATURAS ETO. SOLICITADO EXAME
MENTE E EXAMES PÓS-OPERATÓRIOS.

And Istinto del

5-11-1953
MAY 11 1953
CROHN 1953

[illegible]

Prontuário: 205975



SESAP/RN - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA DO
RN
HOSP REG TARCISIO DE VASCONCELOS MAIA

PERMISSÃO

O abaixo assinado, autoriza aos Srs. Médicos do Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia a realização de necropsia, amputações, intervenções e outros exames que se fizerem necessários ao paciente **JOSE ROBERTO BARBOSA DE OLIVEIRA** (Fia: 715/2019), CPF:00888650450.

Declaro, outrossim, que não houve pressão pelos médicos, assistentes sociais ou quaisquer outros funcionários deste hospital para obtenção da autorização, que é dada por livre e espontânea vontade.

Mossoró/RN, 10 de Fevereiro de 2019.

X

Paciente ou responsável

NÚCLEO DE EPIDEMIOLOGIA E VIGILÂNCIA

DATA 19/02/19

CCIH - HRTM

DATA ____/____/____

Assinatura

HOSPITAL REGIONAL TARCISIO DE VASCONCELOS MAIA
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
SAME MOSSORÓ 30/02/2019
B.M.

SAME/ARQUIVO

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO
DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

HOSP REG TARCISIO DE VASCONCELOS MAIA

2 - CNES

2503689

3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE

HOSP REG TARCISIO DE VASCONCELOS MAIA

4 - CNES

2503689

Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE

JOSE ROBERTO BARBOSA DE OLIVEIRA (8 - 715/2019)

6 - Nº DO PRONTUÁRIO

205975

7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

705702428342230

8 - DATA DE NASCIMENTO

12/08/1979

9 - SEXO

Masc. ☒ 1 Fem. ☐ 3

10 - RAÇA/COR

PARDA

10.1 - ETNIA

11 - NOME DA MÃE

MARIA DAS NEVES DE OLIVEIRA

DDD

84

12 - TELEFONE DE CONTATO

Nº DO TELEFONE

96570116

13 - NOME DO RESPONSÁVEL

JOSE ROBERTO BARBOSA DE OLIVEIRA

DDD

84

14 - TELEFONE DE CONTATO

Nº DO TELEFONE

96570116

15 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)

NOVA ESPERANCA, 96 / - ZONA RURAL

16 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

ACU

17 - COD. IBGE MUNICÍPIO

240020

18 - UF

RN

19 - CEP

59650000

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

20 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

FEMINISMO EM FACE E SINAIS DE FRATURA EM
PELHA NOE E CORPO DO MALAR (E)

21 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM INTERNAÇÃO

NECESSIDADE DE TRAT. ESPECIALIZADO

22 - PRINCIPAIS RESULTADOS E PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DOS EXAMES REALIZADOS)

EX. FÍSICO + T.C.

23 - DIAGNÓSTICO INICIAL

FRATURA DOS OSSOS MALARES E MAXILARES

24 - CID 10

PRINCIPAL

S02.4

25 - CID 10

SECUNDÁRIO

26 - CID 10

CAUSAS ASSOC.

PROCEDIMENTO SOLICITADO

27 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

OSTEOSSINTESE DE FRATURA DO COMPLEXO ORBITO-ZIGOMATICO-MAXILAR

28 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

404020526

29 - CLÍNICA

CIR

30 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO

2

31 - DOCUMENTO

() CNS (X) CPF

32 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) PROF. SOLICITANTE / ASSISTENTE

36991740420

33 - NOME DO PROF. SOLICITANTE / ASSISTENTE

JARBAS MIGUEL FERNANDES MARIANO

34 - DATA DA SOLICITAÇÃO

10/02/2019

35 - ASSIN. E CARIMBO (Nº REGISTRO DO CONSELHO)

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

36 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO

39 - CNPJ DA SEGURADORA

40 - Nº DO BILHETE

41 - SÉRIE

37 - () ACIDENTE DE TRABALHO TÍPICO

42 - CNPJ EMPRESA

43 - CNAE DA EMPRESA

44 - CBOR

38 - () ACIDENTE DE TRABALHO TRAJETO

45 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA

() EMPREGADO () EMPREGADOR () AUTÔNOMO () DESEMPREGADO () APOSENTADO () NÃO SEGURADO

AUTORIZAÇÃO

46 - NOME DO PROF. AUTORIZADOR

LIGINEY LINO DE OLIVEIRA

47 - COD. ÓRGÃO EMISSOR

48 - Nº AUTORIZAÇÃO INTERNAÇÃO HOSPITALAR

HOSPITAL REGIONAL TARCISIO

ESTA CONFORME O ORIGINAL

SAME MOSSORÓ 10/02/2019

SAME/ARQUIVO

49 - DOCUMENTO

(X) CNS () CPF

49 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) PROFISSIONAL AUTORIZADOR

980018001835565

50 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

51 - ASSIN. E CARIMBO (Nº REGISTRO DO CONSELHO)

INSTITUIÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE

HOSP. MELIANA MARLÍCIO MAPA

INSTITUIÇÃO DE PROCEDIMENTO EXECUTANTE

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAMA

ESTABELECIMENTO DO PACIENTE

JOSÉ ROBERTO B. DE OLIVEIRA

205975

705102488342230 12/08/19

MARIA DAS NEVES DE OLIVEIRA

NOVA ESPERANÇA, 96 ZONA RURAL

RIO

AN

MUDANÇA DE PROCEDIMENTO

OSTEOSSÍNTESE DE FMT. COM. C20

0404020526

OSTEOSSÍNTESE DE FMT. COM. N.O.E.

0404020534

FMTVMA OSSOS MALARES S024

S028

SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(ES)

OSTEOSSÍNTESE DE FMT. DO C20 NOE

0404020534

X

DIÁRIA DE UTI TIPO 1

DIÁRIA DE UTI TIPO 2

DIÁRIA DE UTI TIPO 3

OSTEOSSÍNTESE DE FMT. DO C20 NOE

0404020534

DIÁRIA DE UTI TIPO 1

DIÁRIA DE UTI TIPO 2

41 - JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO

PA DINT DA FMTVMA

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAMA
ESTÁ CONFORME O ORÇAMENTO
SAME MOSSORÓ 20.02.2019

Blau

PROFISSIONAL SOLICITANTE

SAME/ARQUIVO

JONAS MIGUEL DOS SANTOS

11.02.19

X 369917404-20

Jonas Miguel dos Santos
Médico
CRM 17119
2009

AUTORIZAÇÃO

AUTORIZAÇÃO

DIÁRIA DE UTI TIPO 1

DIÁRIA DE UTI TIPO 2

DIÁRIA DE UTI TIPO 3



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA
HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA

BOLETIM OPERATÓRIO

Nome JOSÉ ROBERTO B. OLIVEIRA Reg Nº _____

Diagnóstico pré-operatório: FRATURA DO COMPLEXO N.O.E.

Indicação terapêutica: CONTROLE DA HEMORRAGIA, REDUÇÃO E FIXAÇÃO DE PLACAS E PARAFUSOS E HÍTALO.

INTERVENÇÃO

Início: _____ Fim: _____ Duração: _____

Operador DR. JOAQUIM MARINHO

1ª Auxiliar: DR. ADRIANO MOTA

2ª Auxiliar: _____

3ª Auxiliar: _____

Instrumentador: _____

Anestesista: DR. LEO ROLLO

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
SAME MOSSORÓ 20/03/2019
BIAV
SAME/ARQUIVO

INTERVENÇÃO

Via de acesso - Incisão - Aspecto nos órgãos e lesões encontradas - Técnicas empregadas e descrição dos processos - ligadura e suturas empregadas - Drenagem - Curativos - Diagnóstico Operatório - Prognóstico Operatório - Potencial de Contaminação

() Limpa () Pot. Contaminada () Contaminada () Infectada

1º) DOOR. EM D.D.H. SOB ANESTESIA GEM E TOR.

2º) ANTISSEPSIA E PVPT

3º) ANÁLISE DA SITUAÇÃO DOS CAMPOS OPERATÓRIOS

4º) TRATAMENTO E ELETROCOAGULAÇÃO

5º) DESOLACAMENTO DAS TENDÕES

6º) REDUÇÃO DA FRATURA E FIXAÇÃO INTERNA

DE PLACAS E PARAFUSOS EM HÍTALO 515 EMP 2.0

3 PLACAS METAL, 1 PLACA UNIBLOC, 1 TELA E 16 PARAFUSOS

DE FRATURA POR PLACAS

7º) TAMPONAMENTO NASO GASTRÍCA E LIG. E

8º) SUTURA EM PARTE GEM INF. E POR COTR. MÚLTIPLO

DR. FLÁVIO

J. J. Mota



Nome: JOSE ROBERTO B. SILVA

Leito: 511703

Adelgitha Rechen Kette
Gamm 45/50
CRO - 3792 - 0000

PRESCRIÇÃO

Data	Prescrição	Via	ENFERMAGEM	
			HORÁRIO	ASSINATURA
	1. Diferença de visão - 10/20			
	2. 10/20 visão - 10/20		10 20	
	3. Colírio 1% + 200 ml 1/1		16 22 04 30	
	4. Diferença de visão - 10/20		14 22 06	
	5. Diferença de visão - 10/20		16 22 04 30	
	6. Diferença de visão - 10/20		06	
	7. Diferença de visão - 10/20			
	8. Diferença de visão - 10/20			
	9. Diferença de visão - 10/20			
	10. Diferença de visão - 10/20			
	11. Diferença de visão - 10/20			
	12. Diferença de visão - 10/20			
	13. Diferença de visão - 10/20			
	14. Diferença de visão - 10/20			
	15. Diferença de visão - 10/20			
	16. Diferença de visão - 10/20			
	17. Diferença de visão - 10/20			
	18. Diferença de visão - 10/20			
	19. Diferença de visão - 10/20			
	20. Diferença de visão - 10/20			
	21. Diferença de visão - 10/20			
	22. Diferença de visão - 10/20			
	23. Diferença de visão - 10/20			
	24. Diferença de visão - 10/20			
	25. Diferença de visão - 10/20			
	26. Diferença de visão - 10/20			
	27. Diferença de visão - 10/20			
	28. Diferença de visão - 10/20			
	29. Diferença de visão - 10/20			
	30. Diferença de visão - 10/20			
	31. Diferença de visão - 10/20			
	32. Diferença de visão - 10/20			
	33. Diferença de visão - 10/20			
	34. Diferença de visão - 10/20			
	35. Diferença de visão - 10/20			
	36. Diferença de visão - 10/20			
	37. Diferença de visão - 10/20			
	38. Diferença de visão - 10/20			
	39. Diferença de visão - 10/20			
	40. Diferença de visão - 10/20			
	41. Diferença de visão - 10/20			
	42. Diferença de visão - 10/20			
	43. Diferença de visão - 10/20			
	44. Diferença de visão - 10/20			
	45. Diferença de visão - 10/20			
	46. Diferença de visão - 10/20			
	47. Diferença de visão - 10/20			
	48. Diferença de visão - 10/20			
	49. Diferença de visão - 10/20			
	50. Diferença de visão - 10/20			
	51. Diferença de visão - 10/20			
	52. Diferença de visão - 10/20			
	53. Diferença de visão - 10/20			
	54. Diferença de visão - 10/20			
	55. Diferença de visão - 10/20			
	56. Diferença de visão - 10/20			
	57. Diferença de visão - 10/20			
	58. Diferença de visão - 10/20			
	59. Diferença de visão - 10/20			
	60. Diferença de visão - 10/20			
	61. Diferença de visão - 10/20			
	62. Diferença de visão - 10/20			
	63. Diferença de visão - 10/20			
	64. Diferença de visão - 10/20			
	65. Diferença de visão - 10/20			
	66. Diferença de visão - 10/20			
	67. Diferença de visão - 10/20			
	68. Diferença de visão - 10/20			
	69. Diferença de visão - 10/20			
	70. Diferença de visão - 10/20			
	71. Diferença de visão - 10/20			
	72. Diferença de visão - 10/20			
	73. Diferença de visão - 10/20			
	74. Diferença de visão - 10/20			
	75. Diferença de visão - 10/20			
	76. Diferença de visão - 10/20			
	77. Diferença de visão - 10/20			
	78. Diferença de visão - 10/20			
	79. Diferença de visão - 10/20			
	80. Diferença de visão - 10/20			
	81. Diferença de visão - 10/20			
	82. Diferença de visão - 10/20			
	83. Diferença de visão - 10/20			
	84. Diferença de visão - 10/20			
	85. Diferença de visão - 10/20			
	86. Diferença de visão - 10/20			
	87. Diferença de visão - 10/20			
	88. Diferença de visão - 10/20			
	89. Diferença de visão - 10/20			
	90. Diferença de visão - 10/20			
	91. Diferença de visão - 10/20			
	92. Diferença de visão - 10/20			
	93. Diferença de visão - 10/20			
	94. Diferença de visão - 10/20			
	95. Diferença de visão - 10/20			
	96. Diferença de visão - 10/20			
	97. Diferença de visão - 10/20			
	98. Diferença de visão - 10/20			
	99. Diferença de visão - 10/20			
	100. Diferença de visão - 10/20			

REGIONAL TARCÍSIO MAIA

INFORME O ORIGINAL

20.02.2019

B. M.

SAME/ARQUIVO

09:30h. Recebido o TARCÍSIO

NASC46.

Oftalmo: Sutures palpebrais e principais

sem secreção. Sem glaucoma ocular. Negativo

diagnóstico de embrião normal. Oculoplastia

e sutura de partes e 3 dias. Assinatura: [Assinatura]

Dr. [Assinatura]



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA
HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA

ATESTADO

Atesto, para fins de comprovação,
para o trabalho que o paciente
JOÃO ROBERTO BARBOSA DE SOUZA,
33 anos, vítima de acidente motor-
veicular, submetido à intervenção
cirúrgica para tratamento de fraturas
múltiplas da coluna da parte, sendo
atendido há 15 (quinze) dias de for-
tante de suas atividades labora-
tivas.

Assinado 15/12/19

Adelina Rocha Neto
CRO 1102 - RN

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - RN 11496 // 00030 Nº 014242477020

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

ANEXO 1 - CÓDIGO RENAVAM 00394314603 - PERÍODO 2018

1 - JOSE ROBERTO BARBOSA DE OLIVEIRA

008.886.504-50 - PLACA - WOC4759

00394314603 - RENAVAM - 2018

008.886.504-50 - CIP / CIPV - WOC4759

00394314603 - RENAVAM - 2018

008.886.504-50 - CIP / CIPV - WOC4759

00394314603 - RENAVAM - 2018

008.886.504-50 - CIP / CIPV - WOC4759

00394314603 - RENAVAM - 2018

008.886.504-50 - CIP / CIPV - WOC4759

00394314603 - RENAVAM - 2018

008.886.504-50 - CIP / CIPV - WOC4759

00394314603 - RENAVAM - 2018

008.886.504-50 - CIP / CIPV - WOC4759

00394314603 - RENAVAM - 2018

008.886.504-50 - CIP / CIPV - WOC4759

00394314603 - RENAVAM - 2018

008.886.504-50 - CIP / CIPV - WOC4759

00394314603 - RENAVAM - 2018

008.886.504-50 - CIP / CIPV - WOC4759

00394314603 - RENAVAM - 2018

008.886.504-50 - CIP / CIPV - WOC4759

00394314603 - RENAVAM - 2018

008.886.504-50 - CIP / CIPV - WOC4759

00394314603 - RENAVAM - 2018

008.886.504-50 - CIP / CIPV - WOC4759

00394314603 - RENAVAM - 2018

008.886.504-50 - CIP / CIPV - WOC4759

00394314603 - RENAVAM - 2018

008.886.504-50 - CIP / CIPV - WOC4759

00394314603 - RENAVAM - 2018

008.886.504-50 - CIP / CIPV - WOC4759

00394314603 - RENAVAM - 2018

008.886.504-50 - CIP / CIPV - WOC4759

00394314603 - RENAVAM - 2018

008.886.504-50 - CIP / CIPV - WOC4759

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS, OU MÃO-DE-OBRA, SEGURO DPVAT

RN Nº 014242477020 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT

PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO

AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br

SAC DPVAT 0800 022 1204

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS, OU MÃO-DE-OBRA, SEGURO DPVAT

RN Nº 014242477020 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT

PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO

AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br

SAC DPVAT 0800 022 1204

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS, OU MÃO-DE-OBRA, SEGURO DPVAT

RN Nº 014242477020 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT

PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO

AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br

SAC DPVAT 0800 022 1204

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

SEGURO DPVAT

JOSÉ ROBERTO BARBOSA DE OLIVEIRA

DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS DE DIREITO QUE NO DIA FATO:09/02/2019. Hora: 22:34

LOCAL DO ACIDENTE: NA RN 016 ENTRE AS COMUNIDADES MUTAMBA E NOVA ESPERANÇA

PROXIMO: AÇUDE DE HEITOR

VEICULO ENVOLVIDO: MOTOCICLETA, ANO-2011, COR: PRETA

PLACA: N0C4759/RN; CHASSI: 9C2JC4110CR300299, RENAVAN: _00394314603;

COMO ACONTECEU O ACIDENTE: A VITIMA TRAFEGAVA PELA RN 016 NO SENTIDO MUTAMBA A NOVA ESPERANÇA, QUANDO CHEGOU NUM DETERMINADO MOMENTO EM QUE O MESMO COCHILOU PERDEU O CONTROLE DESCENDO NO BARRANCO DO AÇUDE DE HEITOR.

QUEM SOCORREU A VITIMA: POR UM RAPAZ QUE PASSAVA PELO AÇUDE NAQUELE MOMENTO.

PARA ONDE FOI SOCORRIDO: PARA HOSPITAL MUNICIPAL DE ASSÚ ONDE RECEBUE OS PRIMEIROS SOCORROS E EM SEGUIDA ENCAMINHADO PRA MOSSORO E COM 2 DIAS APÓS DO ACIDENTE VEIO A FAZER CIRUGIA NO HOSPITAL REGIONAL TARCISIO MAIA NA CIDADE DE MOSSORO.

Nada mais a constar assino o presente termo, o fazendo ciente das sanções penais determinadas no art. 299 do CPB, assumindo toda responsabilidade sobre o teor e conteúdo das declarações ora prestadas.

Assinatura do declarante:

José Roberto Barbosa de Oliveira

Testemunhas:

Testemunhas:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
1ª Vara da Comarca de Assu
RUA DR LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, Assu - RN - CEP: 59650-000

Processo: 0801192-65.2019.8.20.5100

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: JOSE ROBERTO BARBOSA DE OLIVEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Intime-se a parte requerente, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, junte aos autos o boletim de ocorrência do referido acidente.

ASSU/RN, 2 de maio de 2019.

ALINE DANIELE BELEM CORDEIRO LUCAS

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
1ª Vara da Comarca de Assu
RUA DR LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, Assu - RN - CEP: 59650-000

Processo: 0801192-65.2019.8.20.5100

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: JOSE ROBERTO BARBOSA DE OLIVEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Intime-se a parte requerente, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, junte aos autos o boletim de ocorrência do referido acidente.

ASSU/RN, 2 de maio de 2019.

ALINE DANIELE BELEM CORDEIRO LUCAS

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

EM ANEXO

ASSÚ & ADVOGADOS ASSOCIADOS
Kelly Maria M. Nascimento
Dartwnz Wamberto B. Sales
Rua Doutor Luis Carlos, Nº 275
Dom Elizeu-Assú-RN
Tel.: (84) 99600-9440 ou 9.9991-1313

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA
CIVIL DA COMARCA DE ASSU, RIO GRANDE DO NORTE.

PROCESSO Nº 0801192-65.2019.8.20.5100

Autor: Jose Roberto Barbosa de Oliveira

Requerido: SEGURADORA LIDER.

Douto Julgador,

Jose Roberto Barbosa de Oliveira, já devidamente qualificada nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA c/c REPARAÇÃO DE DANOS, que move contra demandada, em tramite perante este M. Juízo e respectivo Cartório, por de seu bastante procurador que esta subscreve, perante, Vossa Excelência, expor e ao final requerer o seguinte:

Em atendimento ao despacho proferido por Vossa Excelência, vem a parte autora informar que a Lei nº 6.194/74 não elenca como documentos obrigatórios a juntada do comprovante de residência ou o boletim de ocorrência, o art. 5º da lei assegura que o pagamento da indenização será efetuado mediante “simples prova do acidente” e do “dano” por ele provocado.

O espírito diligente do Douto Magistrado é algo realmente digno de aplausos, devido às diligências determinadas nos autos, que visam obter respostas quanto aos fatos, buscando, desta forma, dissipar, afastar dúvidas sobre a ocorrência do acidente, para que se possa estabelecer o nexo causal, entre o acidente e o dano sofrido pelo Requerente.

Ora Douto Julgador, aos beneficiários existem apenas duas opções para que os beneficiários, vítimas de acidente de trânsito façam com que os requerimentos administrativos cheguem até a sede da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, no Rio de Janeiro-RJ:

1- Dar entrada ao processo administrativo junto agência dos Correios e Telégrafos, como ocorreu no caso sob judice, conforme documentos acostado aos autos;

2- A outra única opção, é o requerente se deslocar até umas das seguradoras conveniadas na cidade de Natal-RN, para pessoalmente, darem entrada ao processo numa da seguradora consorciadas.

Torna-se oportuno ressaltar que a própria Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, orienta as vítimas a darem entrada aos processos junto aos Correios e Telégrafos, como realmente procedeu a parte requerente.

1. DO PRAZO PARA QUE A REQUERIDA POSSA LIQUIDAR O PROCESSO ADMINISTRATIVO:

Segundo Circular de nº 145 da Susep (Superintendência de Seguros Privados), as seguradoras tem um prazo máximo de 30 dias para indenizar seus clientes em caso de sinistro, contados a partir da data de entrega da documentação.

No mesmo sentido o site do DPVAT, informa ainda que é possível acompanhar o andamento da solicitação e, em até 30 dias, a indenização deverá ser liberada. O prazo começa a contar assim que o pedido é realizado.

Nos autos constata-se que o prazo retro citado foi vencido sem que a requerida tenha se posicionado sobre a liquidação do processo sob judice, via administrativa.

2. DE OUTROS MEIOS DE PROVA SEGUNDO A JURISPRUDENCIA PÁTRIA:

A jurisprudência vem entendendo que existem outras formas, meios para que o DPVAT possa ser deferido, Assim o Superior Tribunal de Justiça, assim tem decidido:

Data de publicação: 11/11/2014

Apelação APL 00194405220128120001 MS 0019440-52.2012.8.12.0001 (TJ-MS)

E M E N T A - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO OCORRIDO NO ANO DE 2011, QUE CAUSOU INVALIDEZ PARCIAL E PERMANENTE EM QUATROS SEGMENTOS DA COLUNA VERTEBRAL - RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO PELA SEGURADORA E PELO AUTOR - PEDIDO DE REFORMA DA SENTENÇA PARA JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE JUNTADA DE BOLETIM DE OCORRÊNCIA- NÃO ACOLHIDO - MANUTENÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO E DA CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO SINISTRO - FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS EM PERCENTUAL SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO -

RECURSO DA SEGURADORA AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO - RECURSO DO AUTOR PARCIALMENTE PROVIDO. A ausência do boletim de ocorrência policial, por si só, não leva à improcedência do pedido de recebimento do seguro dpvat. No caso não se há falar em ausência de boletim de ocorrência, porquanto houve juntada da certidão de ocorrência confeccionada pelo corpo de bombeiros militar que, a rigor, também é um boletim de ocorrência. Mantém-se a sentença que reconheceu o dever de indenizar, ante a prova convincente de que a autora sofreu invalidez permanente e parcial em decorrência de acidente automobilístico. Tratando-se de cobrança de indenização do seguro dpvat a correção monetária incide desde a data do sinistro. Precedentes do STJ.

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, assim tem se posicionado:

DATA DO JULGAMENTO: 06/12/2016.

3ª CAMARA CIVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 2016.002265-8

ORIGEM: JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN.

APELANTE: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A..

ADVOGADO(S): Dr. ANTÔNIO MARTINS TEIXEIRA JÚNIOR (5432/RN)

APELADA: MARIA ELIANE SILVA DE SOUZA.

ADVOGADA: Dr.ª ALICE LOPES DE ALMEIDA (6563B/RN)

RELATOR: DESEMBARGADOR VIVALDO PINHEIRO.

“EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. MATÉRIA PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL, PELA FALTA DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA DO ACIDENTE. TRANSFERÊNCIA PARA A ANÁLISE DO MÉRITO RECURSAL. MÉRITO: INICIAL APTA. O BOLETIM DE OCORRÊNCIA É DOCUMENTO PRESCINDÍVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO, EM RAZÃO DA POSSIBILIDADE DE PROVA DO SINISTRO POR OUTROS MEIOS. NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A LESÃO SOFRIDA PELA APELADA E O ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO SUFICIENTEMENTE DEMONSTRADO PELAS PROVAS ACOSTADAS AOS AUTOS. INDENIZAÇÃO FIXADA EM VALOR CERTO, COM OBSERVÂNCIA À DATA DO FATO. APLICABILIDADE DA LEI N.º 6.194/74, COM AS ALTERAÇÕES DAS LEIS N.º 11.482/2007 E LEI N.º 11.945/2009. PERÍCIA REALIZADA EM SEDE DE MUTIRÃO DPVAT QUE ATESTA A DEBILIDADE PERMANENTE ACOMETIDA À ORA APELADA, BEM COMO A GRADAÇÃO DA INVALIDEZ PARA O CÁLCULO DO VALOR INDENIZATÓRIO. SÚMULA 474 STJ. CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO DO RECURSO.”

No seu voto, o Desembargador Dr. Vivaldo Pinheiro, referendando o v. acórdão, assim discorreu sobre outros meios de ser apreciado ante a ausência do “boletim de ocorrência”, reportando dessa maneira:

“... Inicialmente, reputo que não há que se falar em inépcia da inicial por falta do boletim de ocorrência e de inexistência de nexo de causalidade, pois a ausência do referido boletim não é razão para o indeferimento da inicial por inépcia, pois apesar de ser documento previsto na legislação para o recebimento da indenização na esfera administrativa, não é requisito para a propositura da ação, sendo aceito qualquer outro meio de prova para demonstrar a ocorrência de acidente provocado por veículo automotor e a lesão dele decorrente...”.

O Doutor Desembargador, retro citado, dissipa, afasta dúvidas sobre o fato de outros documentos comprovarem ante a não juntada do boletim de ocorrência ao processo, reportando o seguinte:

“... Decerto, o boletim de ocorrência não é prova imprescindível para a procedência da indenização pelo seguro DPVAT, desde que os demais documentos anexados à peça inaugural comprovem o nexo de causalidade entre o acidente e a lesão...”.

Em outro Julgado, também do Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, assim fora proferido o seguinte acórdão:

"EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO, POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR, SUSCITADA PELA DEMANDADA. REJEIÇÃO. MÉRITO. NEXO DE CAUSALIDADE. ALEGADA INÉPCIA DA INICIAL, POR AUSÊNCIA DE BOLETIM DE OCORRÊNCIA. DOCUMENTO PRESCINDÍVEL ANTE A POSSIBILIDADE DE PROVA DO SINISTRO POR OUTROS MEIOS. VESTIBULAR APTA A PROCESSAMENTO. VALOR INDENIZATÓRIO. FIXAÇÃO DE ACORDO COM A PROPORCIONALIDADE DA INVALIDEZ. SÚMULA 474 DO STJ. RECURSO REPETITIVO Nº 1.246.432/RS. GRADAÇÃO QUE DEVE SER OBSERVADA PARA FATOS OCORRIDOS MESMO ANTES DA VIGÊNCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 451/2008. PRECEDENTES DO STJ. TABELA EDITADA PELO CNSP/SUSEP. LEGALIDADE. RECURSO REPETITIVO RESP 1.303.038/RS. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DO PAGAMENTO A MENOR. JURISPRUDÊNCIA DO TJRN. PERÍCIA MÉDICA REALIZADA NO MULTIRÃO DPVAT. REGULARIDADE. PRECEDENTES. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. OMISSÃO DE RECEBIMENTO PARCIAL DA INDENIZAÇÃO. ALEGADO EQUÍVOCO. MÁ-FÉ QUE NÃO RESTOU COMPROVADA. CONDENAÇÃO AFASTADA. CONHECIMENTO E PROVIMENTO PARCIAL DOS RECURSOS." (Apelação Cível n.º 2014.006728-5, 3ª Câmara Cível, Rel. Des. Cláudio Santos, j. 16.12.14)."

Sobre o tema, ou seja, ausência do boletim de ocorrência os Doutos Desembargadores, deixam claro que outras provas podem perfeitamente serem utilizadas para comprovar a ocorrência do acidente, tendo a Terceira Câmara Cível do TJ/RN, assim se posicionado:

Apelação Cível nº 2016.000675-7

Origem: 6ª Vara Cível Não Especializada da Comarca de Natal/RN.

Apelante: Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda..

Advogado: Carlos Maximiano Mafra de Laet. 15311/RJ

Apelado: Jorge Mário Santiago Júnior.

Advogado: Leandro Abrunhosa Ferraz. 853A/RN

Relator: Desembargador Amílcar Maia.

"EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE O PLEITO AUTORAL. ALEGAÇÃO DE INÉPCIA DA INICIAL POR FALTA DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA DO ACIDENTE. DOCUMENTO PRESCINDÍVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO, EM RAZÃO DA POSSIBILIDADE DE PROVA DO SINISTRO POR OUTROS MEIOS. NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A LESÃO SOFRIDA E O ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO SUFICIENTEMENTE DEMONSTRADO PELAS PROVAS ACOSTADAS. INDENIZAÇÃO QUE DEVE SER FIXADA DE ACORDO COM O GRAU DA DEBILIDADE SOFRIDA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO STJ. COMPROVAÇÃO DE INVALIDEZ PARCIAL PERMANENTE DA MÃO DIREITA. APLICAÇÃO DO PERCENTUAL DE 70% PARA O SEGUIMENTO CORPORAL AFETADO E DO PERCENTUAL DE 50% ATESTADO NA PERÍCIA REALIZADA EM JUÍZO. REDUÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO QUE SE IMPÕE. CORREÇÃO MONETÁRIA DEVIDA A PARTIR DO EVENTO DANOSO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. CONHECIMENTO E PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO." (Apelação Cível n.º 2016.000675-7, 3ª Câmara Cível; Relator Desembargador Amílcar Maia Julgamento, julgado em 09/08/2016).

No v. acórdão retro citado o Douto Relator, ao proferir o seu voto, assim reportou quanto ao fato de naquele demanda, não encontrar sendo instruída com o "boletim de ocorrência", se não vejamos:

" ... Ademais, em caráter obter dictum, mesmo que o boletim de ocorrência não tivesse acostado aos autos, sua ausência não é razão para o indeferimento da inicial por inépcia, pois apesar de ser documento previsto na legislação para o recebimento da indenização na esfera administrativa, não é requisito para a propositura da ação, sendo aceito qualquer outro meio de prova para demonstrar a ocorrência de acidente provocado por veículo automotor e a lesão dele decorrente..."

Como se observa Douto Magistrado, o boletim de ocorrência poderá ser perfeitamente dispensável, quando a parte requerente fizer constar nos autos outras provas, tais como comprovante de primeiro atendimento,

prontuário médico, declaração do SAMU, dentre outros meios probatórios disciplinados pela norma jurídica.

3. DO REQUERIMENTO:

Pelo exposto, requer V. Exa., seja dado prosseguimento da presente lide, sendo nomeado perito pelo Douto Juízo, para que possa firmar o laudo pericial, nos termos do art. 31, II da Lei nº 11.945/2009, sendo desta forma feita Justiça.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Assu-RN, em 09 de maio de 2019.

Kelly Maria Medeiros do Nascimento
OAB/RN nº 7469.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
1ª Vara da Comarca de Assu
RUA DR LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, AÇU - RN - CEP: 59650-000

Processo: 0801192-65.2019.8.20.5100

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: JOSE ROBERTO BARBOSA DE OLIVEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Defiro momentaneamente o requerimento de assistência judiciária gratuita, ante a afirmação da parte requerente ser necessitada de assistência judiciária e de achar-se em condição de pobreza jurídica, sob as penas da lei e de pagamento do décuplo das custas judiciais, na forma do disposto no art. 5º, LXXIV, da CF, art. 98 do CPC/2015 e dos arts. 2º, § único, e 4º, § único, da Lei de Assistência Judiciária Gratuita (Lei nº 1.060/50)

Considerando ser improvável a realização de conciliação neste caso, deixo de aprazar audiência de conciliação e, por ser premente a necessidade de realização de perícia médica judicial à análise do meritum causae, defiro, desde já, a produção da prova.

Cite-se a seguradora-ré para, querendo, apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, devendo carrear aos autos cópia integral do procedimento administrativo respectivo ao sinistro narrado na exordial, manifestando-se, ainda, quanto à eventual ocorrência de prescrição, litispendência e coisa julgada no caso sob análise, sob pena de revelia. Deverá, nessa mesma oportunidade, se assim desejar, apresentar quesitos técnicos respectivos à perícia judicial, bem como nomear seu assistente técnico.

Com a defesa, intime-se a parte autora, por seu advogado, para apresetnar réplica à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, ainda, apresentar sua quesitação pericial e nomear o respectivo assistente técnico, se assim desejar.

Ultrapassadas tais etapas, em atenção à celeridade processual, procedo à nomeação do médico **Dr. Eduardo Chagas Carvalho, CRM/RN nº. 6860, CPF/MF nº. 030352564-97, RG nº. 2381637 SSP/PB, residente e domiciliado à Rua Padre Sandoval Ferrer, 380, Cento, São Bento/PB. Dados bancários: Banco do Brasil, agência 1134-7 e conta corrente nº. 13085-0**, cuja aceitação do encargo deu-se mediante o comparecimento espontâneo a esta vara.

Ato contínuo, determino o aprazamento da perícia médica pela Secretaria Judiciária, devendo as partes serem intimadas com no

mínimo 20 (vinte) dias de antecedência, salientando-se que a eventual ausência da parte autora deve ser comprovadamente justificada, sob pena do prosseguimento do feito sem a produção da prova.

Nesse aspecto, determino que a intimação da parte autora dar-se-á pessoalmente, por carta ou mandado, dirigido ao endereço constante em seu comprovante de residência, e por intermédio de seu advogado constituído.

Após a realização da perícia judicial, o laudo médico deverá ser apresentado pelo perito no prazo de 20 (vinte) dias.

Apresentado o laudo, conforme Convênio celebrado entre o Tribunal de Justiça deste estado e a Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT, em que houve a fixação dos honorários periciais no valor de R\$200,00 (duzentos reais), intime-se a seguradora-ré para que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie o pagamento dos honorários referentes à pauta integral do dia aprazado, devendo a Secretaria Judiciária elaborar uma lista descritiva tanto daquelas efetivamente realizadas, como também dos ausentes.

Frise-se que o depósito judicial abrangerá o valor total das perícias feitas, sendo necessário apenas uma guia de pagamento para tanto, em atenção à economia e celeridade processual.

Feito o pagamento, deve a Secretaria Judiciária juntar a cada processo cópia da lista referida e do respectivo comprovante de depósito, expedindo alvará judicial para levantamento pelo perito em seguida.

Nessa mesma oportunidade, intímem-se as partes para, no prazo comum de 10 (dez) dias, manifestarem-se, requerendo o que entenderem de direito. Havendo impugnação à prova, intime-se o perito judicial para que, também no prazo de 10 (dez) dias, apresente os esclarecimentos que julgar pertinentes.

Com a manifestação do profissional, intímem-se as partes para que, no prazo comum de 10 (dez) dias, tomem ciência da resposta.

Cumpridas as diligências ora determinadas em sua integralidade, voltem-me conclusos para sentença.

Publique-se.

AÇU/RN, 14 de maio de 2019

ALINE DANIELE BELEM CORDEIRO LUCAS

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
1ª Vara da Comarca de Assu
RUA DR LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, AÇU - RN - CEP: 59650-000

Processo: 0801192-65.2019.8.20.5100

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: JOSE ROBERTO BARBOSA DE OLIVEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Defiro momentaneamente o requerimento de assistência judiciária gratuita, ante a afirmação da parte requerente ser necessitada de assistência judiciária e de achar-se em condição de pobreza jurídica, sob as penas da lei e de pagamento do décuplo das custas judiciais, na forma do disposto no art. 5º, LXXIV, da CF, art. 98 do CPC/2015 e dos arts. 2º, § único, e 4º, § único, da Lei de Assistência Judiciária Gratuita (Lei nº 1.060/50)

Considerando ser improvável a realização de conciliação neste caso, deixo de aprazar audiência de conciliação e, por ser premente a necessidade de realização de perícia médica judicial à análise do meritum causae, defiro, desde já, a produção da prova.

Cite-se a seguradora-ré para, querendo, apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, devendo carrear aos autos cópia integral do procedimento administrativo respectivo ao sinistro narrado na exordial, manifestando-se, ainda, quanto à eventual ocorrência de prescrição, litispendência e coisa julgada no caso sob análise, sob pena de revelia. Deverá, nessa mesma oportunidade, se assim desejar, apresentar quesitos técnicos respectivos à perícia judicial, bem como nomear seu assistente técnico.

Com a defesa, intime-se a parte autora, por seu advogado, para apresnetar réplica à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, ainda, apresentar sua quesitação pericial e nomear o respectivo assistente técnico, se assim desejar.

Ultrapassadas tais etapas, em atenção à celeridade processual, procedo à nomeação do médico **Dr. Eduardo Chagas Carvalho, CRM/RN nº. 6860, CPF/MF nº. 030352564-97, RG nº. 2381637 SSP/PB, residente e domiciliado à Rua Padre Sandoval Ferrer, 380, Cento, São Bento/PB. Dados bancários: Banco do Brasil, agência 1134-7 e conta corrente nº. 13085-0**, cuja aceitação do encargo deu-se mediante o comparecimento espontâneo a esta vara.

Ato contínuo, determino o aprazamento da perícia médica pela Secretaria Judiciária, devendo as partes serem intimadas com no

mínimo 20 (vinte) dias de antecedência, salientando-se que a eventual ausência da parte autora deve ser comprovadamente justificada, sob pena do prosseguimento do feito sem a produção da prova.

Nesse aspecto, determino que a intimação da parte autora dar-se-á pessoalmente, por carta ou mandado, dirigido ao endereço constante em seu comprovante de residência, e por intermédio de seu advogado constituído.

Após a realização da perícia judicial, o laudo médico deverá ser apresentado pelo perito no prazo de 20 (vinte) dias.

Apresentado o laudo, conforme Convênio celebrado entre o Tribunal de Justiça deste estado e a Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT, em que houve a fixação dos honorários periciais no valor de R\$200,00 (duzentos reais), intime-se a seguradora-ré para que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie o pagamento dos honorários referentes à pauta integral do dia aprazado, devendo a Secretaria Judiciária elaborar uma lista descritiva tanto daquelas efetivamente realizadas, como também dos ausentes.

Frise-se que o depósito judicial abrangerá o valor total das perícias feitas, sendo necessário apenas uma guia de pagamento para tanto, em atenção à economia e celeridade processual.

Feito o pagamento, deve a Secretaria Judiciária juntar a cada processo cópia da lista referida e do respectivo comprovante de depósito, expedindo alvará judicial para levantamento pelo perito em seguida.

Nessa mesma oportunidade, intimem-se as partes para, no prazo comum de 10 (dez) dias, manifestarem-se, requerendo o que entenderem de direito. Havendo impugnação à prova, intime-se o perito judicial para que, também no prazo de 10 (dez) dias, apresente os esclarecimentos que julgar pertinentes.

Com a manifestação do profissional, intimem-se as partes para que, no prazo comum de 10 (dez) dias, tomem ciência da resposta.

Cumpridas as diligências ora determinadas em sua integralidade, voltem-me conclusos para sentença.

Publique-se.

AÇU/RN, 14 de maio de 2019

ALINE DANIELE BELEM CORDEIRO LUCAS

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
1ª Vara da Comarca de Assu
RUA DR LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, AÇU - RN - CEP: 59650-000

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Ao(À) Ilmo(a). Sr(a).

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Edifício Citibank, Rua da Assembléia 100, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20011-904

De ordem do Exmo(a). Sr(a). Dr(a).

ALINE DANIELE BELEM CORDEIRO LUCAS, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de Assu, na forma da lei.

Manda, pela presente, extraída dos autos do processo infra-identificado, na conformidade do despacho no final transcrito e da petição inicial, cuja cópia segue em anexo, CITAR Vossa Senhoria para, querendo, contestar a ação no prazo de quinze (15) dias.

ADVERTÊNCIA: Caso não seja contestada a ação, serão tidos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor (art. 285 do CPC).

OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 225, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço <https://pje.tjm.jus.br/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>, sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação.

Ressalte-se que este processo tramita em meio eletrônico através do sistema PJe, sendo vedada a junta de de quaisquer documentos por meio físico quando houver o patrocínio de advogado.

É imprescindível que o tamanho de cada arquivo a ser inserido tenha, no máximo, 1,5 Mb (megabytes). O único formato de arquivo compatível com o sistema PJe é o ".pdf".

Processo: 0801192-65.2019.8.20.5100

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

Autor: AUTOR: JOSE ROBERTO BARBOSA DE OLIVEIRA

Réu: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

D E S P A C H O / D E C I S Ã O :

Defiro momentaneamente o requerimento de assistência judiciária gratuita, ante a afirmação da parte requerente ser necessitada de assistência judiciária e de achar-se em condição de pobreza jurídica, sob as penas da lei e de pagamento do décuplo das custas judiciais, na forma do disposto no art. 5º, LXXIV, da CF, art. 98 do CPC/2015 e dos arts. 2º, § único, e 4º, § único, da Lei de Assistência Judiciária Gratuita (Lei nº 1.060/50)

Considerando ser improvável a realização de conciliação neste caso, deixo de aprazar audiência de conciliação e, por ser premente a necessidade de realização de perícia médica judicial à análise do meritum causae, defiro, desde já, a produção da prova. Cite-se a seguradora-ré para, querendo, apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, devendo carrear aos autos cópia integral do procedimento administrativo respectivo ao sinistro narrado na exordial, manifestando-se, ainda, quanto à eventual ocorrência de prescrição, litispendência e coisa julgada no caso sob análise, sob pena de revelia. Deverá, nessa mesma oportunidade, se assim desejar, apresentar quesitos técnicos respectivos à perícia judicial, bem como nomear seu assistente técnico. Com a defesa, intime-se a parte autora, por seu advogado, para apresnetar réplica à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, ainda, apresentar sua quesitação pericial e nomear o respectivo assistente técnico, se assim desejar. Ultrapassadas tais etapas, em atenção à celeridade processual, procedo à nomeação do médico **Dr. Eduardo Chagas Carvalho, CRM/RN n°. 6860, CPF/MF n°. 030352564-97, RG n°. 2381637 SSP/PB, residente e domiciliado à Rua Padre Sandoval Ferrer, 380, Cento, São Bento/PB. Dados bancários: Banco do Brasil, agência 1134-7 e conta corrente n°. 13085-0**, cuja aceitação do encargo deu-se mediante o comparecimento espontâneo a esta vara. Ato contínuo, determino o aprazamento da perícia médica pela Secretaria Judiciária, devendo as partes serem intimadas com no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência, salientando-se que a eventual ausência da parte autora deve ser comprovadamente justificada, sob pena do prosseguimento do feito sem a produção da prova. Nesse aspecto, determino que a intimação da parte autora dar-se-á pessoalmente, por carta ou mandado, dirigido ao endereço constante em seu comprovante de residência, e por intermédio de seu advogado constituído. Após a realização da perícia judicial, o laudo médico deverá ser apresentado pelo perito no prazo de 20 (vinte) dias. Apresentado o laudo, conforme Convênio celebrado entre o Tribunal de Justiça deste estado e a Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT, em que houve a fixação dos honorários periciais no valor de R\$200,00 (duzentos reais), intime-se a seguradora-ré para que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie o pagamento dos honorários referentes à pauta integral do dia aprazado, devendo a Secretaria Judiciária elaborar uma lista descritiva tanto daquelas efetivamente realizadas, como também dos ausentes. Frise-se que o depósito judicial abrangerá o valor total das perícias feitas, sendo necessário apenas uma guia de pagamento para tanto, em atenção à economia e celeridade processual. Feito o pagamento, deve a Secretaria Judiciária juntar a cada processo cópia da lista referida e do respectivo comprovante de depósito, expedindo alvará judicial para levantamento pelo perito em seguida. Nessa mesma oportunidade, intemem-se as partes para, no prazo comum de 10 (dez) dias, manifestarem-se, requerendo o que entenderem de direito. Havendo impugnação à prova, intime-se o perito judicial para que, também no prazo de 10 (dez) dias, apresente os esclarecimentos que julgar pertinentes. Com a manifestação do profissional, intemem-se as partes para que, no prazo comum de 10 (dez) dias, tomem ciência da resposta. Cumpridas as diligências ora determinadas em sua integralidade, voltem-me conclusos para sentença.

AÇU/RN, 15 de maio de 2019.

PEDRO BATISTA DE SALES NETO

Chefe de Secretaria

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

<p>1ª Vara da Comarca de Assu</p> <p>RUA DR LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, AÇU - RN - CEP: 59650-000</p> <p>Processo: 0801192-65.2019.8.20.5100</p>	<p>1ª Vara da Comarca de Assu</p> <p>RUA DR LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, AÇU - RN - CEP: 59650-000</p> <p>Processo: 0801192-65.2019.8.20.5100</p>
<p>Destinatário:</p> <p>SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.</p> <p>Edifício Citibank, Rua da Assembléia 100, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20011-904</p>	<p>Destinatário:</p> <p>SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.</p> <p>Edifício Citibank, Rua da Assembléia 100, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20011-904</p>

